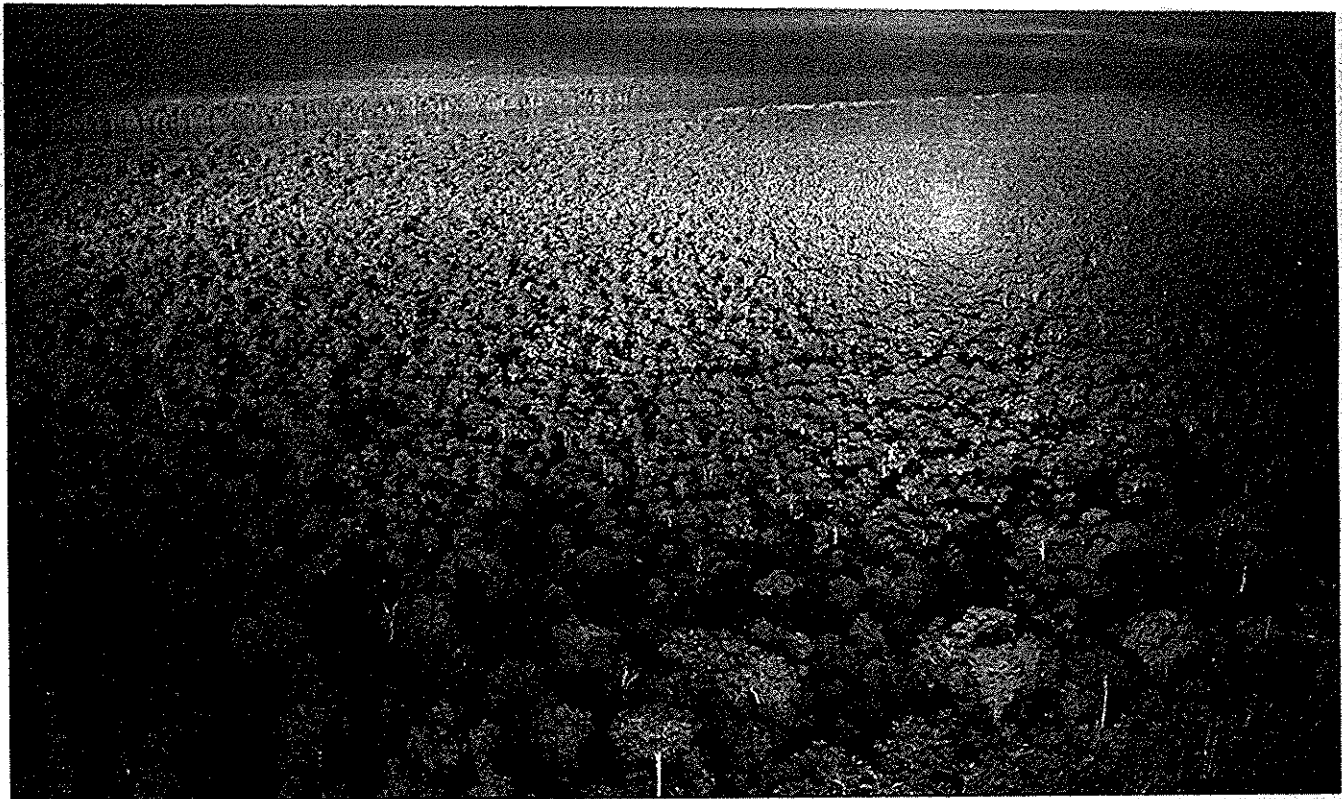




Fonte: *Veja*
 Data: 17/5/2000 Pg. 51
 Class: 82



Brasil | Amazônia

Licença para cortar

Comissão aprova projeto tão devastador para a Amazônia que Planalto promete vetá-lo

O projeto de alteração do Código Florestal aprovado numa comissão mista do Congresso Nacional, na quarta-feira passada, é tão escandalosamente pernicioso que é provável que nunca entre em vigor. No dia seguinte, a Presidência da República anunciou que, se transformado em lei, será vetado no Planalto. Só o fato de ter sido apresentado e aprovado pelos deputados, contudo, é suficiente para mostrar como o país vive perigosamente à beira do desastre ecológico. O projeto, assinado pelo deputado Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná, afrouxa todas as regras que visam à preservação de florestas, campos, rios, morros e encostas para permitir que a agricultura e a pecuária se expandam por onde bem entenderem. Em seu item mais indecoroso, reduz as áreas de reserva legal na Amazônia, ou seja, o pedaço

das propriedades rurais que não podem ter a cobertura vegetal derrubada, dos atuais 80% definidos por uma medida provisória para apenas 20%. Significa, na prática, dar respaldo legal à devastação da Amazônia.

O escândalo é duplo, pois o objetivo original da reforma do Código Flores-

tal, em vigor há 35 anos, era ampliar seus aspectos preservacionistas. Acabou sendo elaborado para atender aos interesses da bancada ruralista. Ao redigir o projeto, o deputado Micheletto ignorou os pontos mais importantes do anteprojeto de alteração do Código Florestal aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Esse anteprojeto é o resultado de um debate de três meses que envolveu 850 instituições e 8.000 pessoas em 25 audiências públicas e foi adotado como a posição oficial do

Floresta Amazônica, a principal vítima: permissão para derrubar até 80% de cada terreno

governo sobre a questão. O argumento dos ruralistas é que o projeto do Conama bloqueia o desenvolvimento. Não é verdade. As áreas de reserva legal podem ser usadas para a extração de madeira sustentada, hoje a mais importante atividade econômica da Amazônia. "Os ruralistas têm uma visão antiga do Brasil ao considerar que só há desenvolvimento desmatando e plantando", diz o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. "Já está provado que a floresta em pé pode ser muito mais lucrativa e gera mais empregos que a pecuária." ■

As regras do Código Florestal

Como é hoje

- ▶ Na Amazônia, só 20% da propriedade rural pode ser desmatada
- ▶ Toda propriedade rural precisa preservar um trecho de reserva
- ▶ A vegetação em topo de morros, margens de rios e nascentes é área de proteção permanente
- ▶ Aplica-se o Código Florestal a qualquer área de vegetação

Proposta de mudança

- ▶ Aumenta para até 80% o percentual da propriedade que pode ser devastado
- ▶ Propriedades menores (com até 25 hectares) podem ser inteiramente desmatadas
- ▶ A vegetação em morros, margens de rios e nascentes deixa de ser protegida por lei
- ▶ O Código Florestal deixa de valer em áreas urbanas